



GASTOS PÚBLICOS:

A VISÃO E CONDUTA DOS ADMINISTRADORES/GESTORES NAS
PRÓ-REITORIAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI

Francisca Emanuelle da Silva Cardoso, Universidade
Federal do Cariri | UFCA

Artur Leite Macedo Almeida, Universidade Federal do Cariri
| UFCA

Sarah Pereira Gomes, Universidade Federal do Cariri | UFCA

Milton Jarbas Rodrigues Chagas, Universidade Federal do
Cariri | UFCA

RESUMO

A necessidade de melhoria da qualidade dos gastos públicos tem representado um tema emergente em decorrência da escassez de recursos e da crescente demanda pelo provimento de serviços pela sociedade. O objetivo deste artigo foi analisar a visão dos administradores/gestores das Pró-Reitorias Acadêmicas da Universidade Federal do Cariri a respeito da qualidade dos gastos públicos, além de verificar a existência de algum procedimento ou precaução, adotados a fim de tornar esse processo mais efetivo. Para a coleta de dados, conseguiu-se atingir toda a população a qual se destinou o estudo, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas. Como resultados, foi possível identificar que os gestores têm uma visão satisfatória sobre o que representa um gasto público de qualidade e, na prática, a maioria deles tem algumas condutas no sentido de tornar o processo mais efetivo, seja com relação à gestão ou avaliação dos retornos obtidos. Quanto aos desafios percebidos na prática, observa-se que existem interferências internas e externas, sendo o pouco tempo de independência da Universidade um dos fatores de forte influencia para que algumas práticas estejam ainda em construção.

Palavras-chave: qualidade dos gastos públicos; pró-reitorias; desafios.

GASTOS PÚBLICOS:

A VISÃO E CONDUTA DOS ADMINISTRADORES/GESTORES NAS PRÓ-REITORIAS ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

CARDOSO, Francisca Emanuelle da Silva

ALMEIDA, Artur Leite Macedo

GOMES, Sarah Pereira

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues

INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos públicos pode ser considerada como um dos principais desafios da Administração Pública na contemporaneidade. A forma como as despesas públicas são conduzidas gera efeitos na vida de todos os cidadãos, uma vez que estes são atingidos, direta ou indiretamente, pelas políticas públicas e por toda a atividade da administração. A necessidade de utilização dos recursos disponíveis de forma responsável e eficiente vem sendo um dos mais recorrentes assuntos, sobretudo tendo em vista a escassez desses recursos e a crescente demanda social por serviços públicos, olhando-se para o caso do Brasil.

Com base em dados do Tesouro Nacional (BRASIL, 2017), a despesa pública é a aplicação de recursos para efetuar serviços buscando atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento, com fins de realização das finalidades da atuação do Estado. Os gastos públicos são instrumentos dessa atuação, e para que estes sejam efetuados, é necessário que, observadas as necessidades, sejam definidas prioridades, dando forma as políticas de gestão que serão postas em prática. Segundo o Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais sobre a evolução destes no Brasil durante o período de 2006 a 2015, as despesas públicas primárias do País apresentaram uma tendência positiva de crescimento, gerando pressões sobre o aumento de carga tributária e prejudicando o desempenho do papel estabilizador da política fiscal, gerando assim a elevada rigidez orçamentária responsável pela redução da capacidade do governo de adequar os gastos públicos.

A qualidade do gasto público pressupõe, de maneira geral, que este possa ser executado de forma eficiente, conseguindo o melhor resultado possível com o empenho de um menor volume de recursos. Um dos fatores que contribuem para que isto seja alcançado é que as instituições públicas conheçam a realidade na qual estão inseridas, bem como de capacidade de articulação e realocação estratégica dos recursos, eliminação do desperdício e busca incessante pela melhoria da gestão, de modo que possam atingir os objetivos com a otimização dos recursos investidos.

Diante da recorrente discussão acerca da complexidade encontrada no processo de Orçamento e de gastos públicos e da necessidade de tornar esse processo mais efetivo, e levando em consideração a participação das instituições públicas nesse processo, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual a

visão dos administradores/gestores das Pró-Reitorias Acadêmicas da Universidade Federal do Cariri (UFCA) a respeito dos gastos públicos, bem como as ações realizadas a fim de tornar esse processo mais eficiente?

Para responder a esses questionamentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os administradores das Pró-Reitorias Acadêmicas da UFCA (Pró-Reitoria de Ensino, de Cultura, de Extensão, de Pesquisa e Inovação e de Assuntos Estudantis), por entender que os mesmos tem na sua função, um vínculo direto com as questões de decisão e gestão dos recursos das respectivas unidades acadêmicas.

O assunto comprova sua relevância uma vez que se busca entender, sobre o assunto dos gastos públicos e suas nuances, a visão de pessoas que atuam diretamente com essas questões em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Para isso, faz-se um apanhado conceitual acerca de despesa e gasto público e sobre discussões da necessidade de melhoria do gasto público, trazendo também uma aproximação da instituição que se está observando.

Este artigo tem como objetivo geral analisar a visão dos administradores/gestores das Pró-Reitorias Acadêmicas da UFCA a respeito da qualidade dos gastos públicos. Como objetivos específicos busca-se verificar se há algum procedimento ou precaução adotados no que tange a estratégias de utilização dos recursos públicos, bem como identificar os desafios encontrados na prática.

Por fim, faz-se uma análise das declarações obtidas dos gestores através das entrevistas, com vistas a analisar sua visão e conduta em relação aos questionamentos realizados, e assim entender melhor como funcionam os trâmites que envolvem o gasto público e os desafios que o cercam.

1. Fundamentação teórica

1.1 Orçamento e Despesa Pública

O Orçamento Público é legislado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, e pela Lei de Finanças Públicas nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreendendo a elaboração e execução de três Leis: o Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA), responsáveis pelo planejamento e execução das políticas públicas federais, caracterizando-se pelas funções de planejamento, contábil, financeira e de controle.

O Orçamento Público é um instrumento de execução que tem por objetivo desenvolver os programas de trabalho do governo através da previsão das receitas e da fixação das despesas, de modo a garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados ao aplicar da melhor forma possível os recursos financeiros. Abreu e Gomes (2010) fazem uma crítica ao processo orçamentário brasileiro atual, sugerindo que estes precisam incluir uma visão de longo prazo, fugindo do imediatismo e de

propostas meramente tradicionais e incrementais.

A receita e a despesa pública possuem um papel importantíssimo no que diz respeito à gestão pública, por que representam o total apurado pelo governo e a forma como estes retornam a sociedade como forma de bens e serviços que atendam suas demandas.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2016) "a despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade". Amaral e Oliveira (2010) afirmam que a composição da despesa pública retrata a utilização dos recursos públicos, visando atender as demandas que dão origem às políticas públicas.

Xerez (2013) aponta que as despesas se caracterizam como as ações realizadas pelo governo no decorrer de sua administração, podendo ser orçamentárias (despesas correntes e de capital) e extraorçamentárias. Classifica-se como orçamentária quando autorizada pelo orçamento ou por créditos adicionais e extraorçamentária, quando corresponde aos demais casos que não constam na lei do orçamento, compreendendo saídas de quantias referentes a depósitos, cauções, e demais situações de natureza semelhante.

Para Maia (*et al.*, 2009), mediante a utilização dos gastos públicos os governos definem prioridades em relação à prestação de serviços básicos e aos investimentos a serem realizados. O mesmo autor ressalta que nos últimos anos, as despesas cresceram acima da média suportada pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país, gerando um descontrole dos gastos. Haja vista que a carga tributária também alcançou seu limite superior, a melhor possibilidade restante passa a ser a busca pela melhor aplicação dos recursos, com otimização dos gastos.

1.2 Discussões sobre a necessidade de melhoria da qualidade dos gastos públicos

Muitas discussões vêm sendo construídas em torno da temática da necessidade de tornar os gastos públicos mais eficientes, sobretudo diante da escassez de recursos e do aumento pela demanda de serviços, o que exige dos gestores públicos maior capacidade de potencializar os gastos, através do contínuo desenvolvimento da gestão.

De acordo com Maia (*et al.*, 2009), apesar da carga tributária do país ser elevada, seu nível de retorno para a população através de serviços prestados é baixo, ao passo em que a LDO estabelece um teto para despesas correntes que impossibilita a acomodação das pressões sociais por meio da elevação dos gastos públicos, fazendo-se necessário a otimização da utilização dos recursos públicos objetivando uma maior eficiência do gasto.

Segundo Ribeiro (2008), a eficiência dos gastos públicos é diretamente influenciada pelo PIB per capita, pelo tamanho da população, pelos efeitos significativos dos direitos de propriedade e da

competência dos servidores públicos, demonstrando que o aperfeiçoamento das instituições governamentais contribui para a eficiência do gasto público. Amaral e Oliveira (2010) já informam que "melhorar a eficiência da despesa pública constitui um meio de maximizar os efeitos potenciais da despesa pública sobre o crescimento econômico".

Alguns autores se dispõem a sugerir possíveis estratégias para que ocorra o aprimoramento dos gastos públicos. Alonso (1999) atenta para a importância da mensuração dos custos da administração pública, para a melhoria dos gastos, baseando-se em experiências de outros países, uma vez que considera que esse sistema garantiria mais sustentação aos processos decisórios do governo, que teriam informações mais completas para servirem de suporte.

Na mesma linha de pensamento, Rezende (*et al.*, 2010), supõe que a melhoria da performance e da eficiência do setor público demanda a geração de informações sobre o real custo das atividades exercidas pelo governo, de modo a orientar as decisões sobre o uso dos recursos orçamentários através dos resultados a serem obtidos com os recursos extraídos da população por meio dos impostos, permitindo o acesso ao resultado gerado pelos gastos e se esse mesmo resultado poderia ser alcançado de modo mais eficiente.

Premchand (1998) preconiza:

O que está se tentando transformar no mundo da gestão da despesa pública envolve uma mudança radical, não apenas em termos dos sistemas e das técnicas operacionais, mas nas próprias abordagens das instituições do setor público, que criariam uma nova cultura administrativa, orientada para resultados e para satisfação do cliente (PREMCHAND, 1998).

Amaral e Oliveira (2010), defendendo a relação entre despesa pública e crescimento econômico, assinalam que, com vistas à necessidade de redução da despesa pública, faz-se necessário assegurar os serviços públicos prioritários através da manutenção dos *outputs* e redução dos *inputs*, baseando-se nas melhores práticas internacionais, que dão ênfase aos serviços públicos chave, como saúde e educação.

Cavalcante e Lariu (2012) fazem uma análise dos orçamentos por resultados ou por desempenho, identificando que as despesas do governo nem sempre irão se traduzir em grau de atividade, já que outros fatores como, por exemplo, a burocracia e a conjuntura política, irão incidir fortemente sobre a qualidade dos gastos realizados. Assim, aconselham que a disponibilização de informações detalhadas sobre os gastos é um caminho para que se possa fazer uma avaliação em maior dimensão das ações realizadas.

1.3 Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Pró-Reitorias Acadêmicas

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi concebida pela Lei 12.826, de 05 de junho de 2013, através da separação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição com a qual mantém um termo de cooperação. Este termo garante que algumas funções continuem sendo executadas pela UFC,

até que a nova universidade tenha autonomia para gerir suas atividades. Ela é composta por 05 campi: o Campus de Juazeiro, com os cursos de graduação em Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Comunicação Social - Jornalismo, Design de Produto, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Filosofia, Música, além do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. No Campus Barbalha funciona a graduação em Medicina, no campus Crato, a graduação em Agronomia, em Brejo Santo, Licenciatura em Ciências Naturais e em Icó, Bacharelado em História. Nela funcionam diversos órgãos, como Auditoria, Ouvidoria, Secretarias, Diretorias e as Pró-Reitorias, que serão o foco de análise desse trabalho.

As Pró-Reitorias se dividem em dois grupos: Administrativas, que são: Pró-Reitoria de Administração – PROAD, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP; e Acadêmicas, entre elas: Pró-Reitoria de Cultura – PROCULT, Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI, e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, sendo o último grupo o utilizado para o desenvolvimento do presente estudo.

As Pró-Reitorias e suas respectivas coordenadorias fazem parte da gestão executiva da universidade, que executam ações em concordância com o planejamento estratégico da mesma. As Pró-Reitorias Acadêmicas são encarregadas da elaboração de propostas e execução de políticas e atividades que se enquadram nos pilares da instituição: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. No presente trabalho, além dessas quatro pró-reitorias, acrescentou-se a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE).

Segundo o Portal da Universidade Federal do Cariri (UFCA, 2015), a Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT) busca suscitar programas e ações no âmbito da Cultura, incentiva projetos existentes da própria universidade, auxilia na formação universitária a partir da formação e promoção de disciplinas livres, firma parcerias com entidades públicas e privadas, participa de diversos fóruns de cultura a nível local e estadual, além de possibilitar o programa anual de bolsas.

Já a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) elabora diretrizes para nortear e organizar a ação da Universidade no âmbito do ensino de graduação e assiste por meio de avaliações em determinados períodos, a qualidade e adaptação de seus programas (UFCA, 2015).

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) monitora as ações desenvolvidas pela universidade em vários municípios da região, tais como projetos e programas ligados às áreas do trabalho, tecnologia, educação, comunicação, cultura, meio ambiente, saúde e direitos humanos, por meio de incentivos como programas de bolsas, encontros sistemáticos e outras atividades no intuito de fortalecer e integrar os projetos criados (UFCA, 2015).

Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) buscam alcançar a eficácia e a efetividade de suas atividades através de uma produção científica de qualidade, de programas de intercâmbio, de iniciação científica, de inovação tecnológica e social, do estabelecimento de parcerias

e da promoção de eventos que reúnam docentes, discentes e servidores, com o intuito de haver a troca de conhecimentos entre esses membros e as instituições de pesquisa e fomento, buscando o reconhecimento dos seus pesquisadores, além de demonstrar a potencialidade transformadora e inovadora das atividades científicas na região do Cariri (UFCA, 2015).

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) atua em programas que buscam a permanência, o bem-estar, a melhoria no desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação, além de dar uma maior atenção aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. A partir daí forma parcerias com outras unidades para oferecer serviços que possam ajudar em situações que impossibilitam o objetivo do processo de ensino-aprendizagem (UFCA, 2015).

2. Procedimentos metodológicos

Em relação ao objetivo, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, já que discute as temáticas do gasto público e da necessidade de melhorar sua eficiência voltando a visão para o caso das Pró-Reitorias Acadêmicas da UFCA. Para Gil (2008) este tipo de trabalho busca proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Quanto a abordagem do problema, este trabalho classifica-se como qualitativo, uma vez que visa identificar a visão e as práticas dos administradores sobre os gastos públicos. De acordo com Richardson (2009) a pesquisa qualitativa não emprega métodos estatísticos, utilizando geralmente técnicas de observação e entrevistas, além de serem análises voltadas em grande parte para objetos ou situações particulares.

No tocante aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo utilizou-se das metodologias de pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento do referencial teórico e caracterização dos objetos de estudo, já que foram utilizados artigos e dissertações para darem base as discussões, bem como pesquisa documental, uma vez que utilizamos o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCA como base de obtenção de algumas informações. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se inicialmente de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, enquanto, para o mesmo autor, a pesquisa documental se dá através de materiais que não ainda não receberam tratamento analítico.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, fundamentadas sobre cinco perguntas abertas e aplicadas presencialmente junto aos Núcleos de Gestão nas Pró-Reitorias Acadêmicas da Universidade Federal do Cariri – UFCA, sendo estas: Pró-Reitoria de Extensão – Proex, Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, Pró-Reitoria de Cultura – PROCULT, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI. Acrescentou-se também a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAE, por considerá-la uma importante fonte de desenvolvimento de programas em prol dos alunos e

da instituição. A entrevista semiestruturada “desenvolve-se a partir de uma relação de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 2008, p. 113).

Determinaram-se as Pró-Reitorias Acadêmicas como foco do estudo, partindo da observação de que estas realizam fases primordiais do processo de gastos públicos, que é a definição de prioridades (planejamento), e a execução, ou seja, a concretização dos gastos, bem como o diagnóstico e a percepção dos retornos obtidos. As entrevistas foram realizadas no mês de maio e junho de 2017, conseguindo-se, felizmente, alcançar todas as Pró-Reitorias a que se destinou o estudo.

3. Resultados

3.1 Definição de Prioridades

As entrevistas realizadas tinham como pontos norteadores algumas questões fundamentais para que se pudesse obter as informações de interesse da pesquisa.

Inicialmente, buscou-se entender como funciona a participação das Pró-Reitorias Acadêmicas no processo de definição do orçamento da Universidade, sendo o mesmo para todas. A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) é responsável pela proposta final que servirá de base à composição da Lei Orçamentária Anual (LOA). Para isso, em meados do mês de dezembro faz-se uma consulta sobre o orçamento com cada Pró-Reitoria, a fim de que cada uma elabore suas demandas para o ano seguinte. Entre cada uma delas é feita uma reunião interna a fim de decidir o que será mantido. Definidas essas prioridades, acontece uma reunião de gestão, com a participação dos Pró-Reitores, que levam as demandas das respectivas Pró-Reitorias, para que estas sejam submetidas aos ajustes necessários.

Destarte, buscou-se entender como se dá a discussão interna que acontece em cada Pró-Reitoria, sabido que é deste processo que emergem as ações que serão realmente postas em prática. Questionou-se então: "Como são definidas as prioridades da Pró-Reitora?". Percebeu-se que cada Pró-Reitoria contém algumas prioridades gerais ancoradas em suas particularidades e sua área de atuação, que englobam todas as coordenadorias que dela fazem parte, o que faz com que todas pensem suas ações com base nos mesmos delineamentos, apesar de só um dos respondentes ter citado diretamente o plano estratégico da instituição.

Todas as respostas deixaram claro que, embora cada coordenadoria indique as ações que deverão ser executadas, é indispensável que haja uma socialização e discussão dessas propostas com a participação de todos os servidores da unidade. Este representa um bom sinal, pois deixa claro que todos os que fazem o setor podem tomar conhecimento do que está sendo executado, e assim aumentam as chances de ações serem atreladas, evitando que mais recursos sejam gastos em função de um mesmo propósito.

Outro ponto importante a ser destacado é que em nenhum dos casos aconteceu de não haverem

prioridades bem definidas, o que deixa claro que, felizmente, existe um empenho por parte dos administradores/gestores em relação aos processos decisórios da unidade, que vão dar forma aos gastos que serão efetuados.

3.2 A visão dos Administradores sobre o “gasto público de qualidade”

Partindo do pressuposto de que, para que possa haver a aplicação efetiva dos gastos públicos, um dos fatores primordiais é que os gestores tenham consciência dessa necessidade, questionou-se o que na visão dos administradores das Pró-Reitorias caracterizaria um gasto público de qualidade, obtendo-se as seguintes respostas:

- "Gasto público de qualidade é um gasto que atende ao seu objetivo de forma que não onere o setor público, mas pelo contrário, que traga um retorno satisfatório. Além disso, deve conseguir um produto/serviço de qualidade com a menor quantidade de recursos possível";
- "O gasto público de qualidade é aquele que melhor atenda a necessidade do público, e que seja melhor direcionado para os alunos que realmente precisem do auxílio, não sendo destinado para alunos que não se encaixem no público alvo";
- "Um gasto que apresente um retorno para a sociedade, mas não só isso, ele precisa também ser eficaz e eficiente, prezando pelos recursos da sociedade";
- "Um gasto que tenha um resultado satisfatório e que gere benefícios para todos os envolvidos (estudantes, professores, servidores e comunidade externa)";
- "Um gasto que tenha boa distribuição das verbas diante das necessidades, otimização dos recursos. Fazer muito com a menor quantidade de recursos possível, sobretudo em época de crise financeira e política, e que possa ajudar e direcionar os recursos para quem está precisando mais".

Nas respostas ficou claro que todos os entrevistados dão ênfase à eficiência do gasto, englobando o retorno que este poderá proporcionar em contraposição aos dispêndios que serão realizados. Considera-se um resultado satisfatório, uma vez que os gestores mostram-se inteirados das discussões e necessidades observadas em torno do tema. O reconhecimento da importância e dos fatores necessários para obter efetividade nas despesas públicas é um importante passo para que a prática possa ser orientada nesse sentido.

Em vista das considerações feitas pelos gestores, fazem-se algumas perguntas sobre a realidade vivenciada pelos mesmos, a fim de entender se na prática há estímulos consistentes para tornar o processo dos gastos mais efetivo, que serão trabalhadas na seção seguinte.

3.3 Aplicação de práticas em busca da qualidade dos gastos

Indagou-se então, se existe alguma medida adotada na prática para melhorar a qualidade dos gastos da Pró-Reitoria, provocando-se tanto em relação aos projetos e programas, quanto em relação ao material de expediente e consumo utilizados no dia-a-dia da unidade acadêmica. Em relação aos projetos e

ações podem-se destacar as seguintes respostas:

- "Busca-se, nesse sentido, melhorar o planejamento, priorizando os projetos que estejam em consonância com o objetivo da UFCA";
- "Não acontece nenhum controle atualmente. Apesar de já ter sido iniciado alguns anos atrás, não teve continuidade";
- "É feito um mapeamento dos processos para que, conhecendo cada etapa, possamos evitar retrabalhos e os fluxos se tornem mais rápidos";
- "Tenta-se compartilhar recursos entre os projetos, pensar em ações que sejam realizadas através de parcerias, dividindo custos, e utilizar nos projetos critérios que permitam atingir a maior quantidade de pessoas possível";
- "É feito um controle rigoroso dos gastos, tanto em relação aos projetos quanto ao patrimônio, por exemplo, quando se faz alguma solicitação de diárias e passagens é importante que a justificativa seja plausível".

É possível perceber que, dentro de suas individualidades, a maioria das Pró-Reitorias Acadêmicas fazem algo no sentido de melhorar a gestão dos recursos, algumas em maior intensidade que outras. Apenas uma afirmou não ter nenhuma providência sendo posta em prática. Considera-se que existem deliberações e que estas representam iniciativas importantes. É preciso levar em consideração o pouco tempo de existência da instituição, reconhecendo-se que é necessário um tempo para que haja maturação dos processos nela regidos.

Em relação ao material de expediente e demais recursos somente uma das Pró-Reitorias afirmou ter uma política interna de racionamento de energia e reutilização de material de expediente. Outra unidade afirmou que não existe nenhuma prática concreta, somente é feito um aconselhamento aos servidores de que evitem consumo desnecessário de energia (ex.: ar-condicionado, tentar se aproveitar ao máximo da luz natural), impressões, etc. As demais três Pró-Reitorias afirmaram não possuírem nenhuma ação ou política nesse âmbito. Percebe-se que, nesse sentido, a maioria das Pró-Reitorias acabam tendo uma visão de que esses controles devam partir apenas da instituição, não se preocupando em mobilizar-se internamente. Entretanto, é importante salientar que, ao fazer esses questionamentos durante as entrevistas, foi despertada a atenção dos respondentes nesse sentido.

Em seguida perguntou-se se existe alguma ação empreendida no sentido de avaliar os gastos que estão sendo executados. Duas das Pró-Reitorias afirmaram que fazem um relatório anual, contendo as ações e os resultados alcançados durante o período. Outras duas unidades responderam que são feitas reuniões semanais a propósito de monitorar as ações que estão sendo realizadas. Apenas uma das Pró-Reitorias afirmou que não se desempenha nenhuma avaliação.

Diante das respostas obtidas, percebe-se que na maioria dos casos existe alguma ação em prol da avaliação das ações, que são a materialização dos gastos efetuados. Em duas das Pró-Reitorias essa

avaliação acontece concomitantemente à execução, pois as discussões acontecem semanalmente, enquanto nas outras duas esse controle é feito somente ao final do período. A avaliação é um auxílio fundamental no que diz respeito ao gasto público pois busca ponderar o retorno que os dispêndios estão trazendo para a instituição, seus alunos e servidores, bem como para a sociedade, condição fundamental para o alcance da qualidade dos gastos públicos e para o alcance do propósito da própria instituição.

Fazendo um comparativo com as visões dos respondentes obtidas na questão feita anteriormente sobre o que caracteriza um gasto público de qualidade, percebe-se que o aspecto da estimação do retorno obtido não é posto em prática apenas em uma das Pró-Reitorias.

3.4 Percepção de Desafios

Por fim, buscou-se verificar o que, na visão dos respondentes, mais compromete na prática essa qualidade dos gastos. Na tabela abaixo, pode-se observar as justificativas que apareceram nos discursos e quantas vezes se repetiram:

TABELA 01. Desafios para a qualidade do gasto.

| Motivo apontado: | Quantas vezes se repetiram: |
|--|-----------------------------|
| Alta burocracia/lentidão dos processos | 2 |
| Restrição/Imprevisibilidade dos recursos | 2 |
| Falta de servidores capacitados/experientes | 3 |
| Atitude de apropriação do que é público pelas pessoas | 2 |
| Concepção de que o que é público não precisa de controle/é inesgotável | 2 |

Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

É interessante perceber a variedade de razões apontadas pelos respondentes, e como elas são provenientes de questões internas ou externas à instituição. Quando se fala da falta de servidores capacitados e que tenham experiência para que possam dar andamento aos processos, pode-se considerar o pouco tempo de independência da Universidade como forte influenciador nesse aspecto. Os fatores da alta burocracia e restrição dos recursos dependem de uma questão mais externa e pode-se ancorar no próprio momento político e econômico vivido pelo país. Os dois últimos fatores (apropriação do que é público e percepção da coisa pública como inesgotável) destacados talvez sejam os de mais profundo enraizamento, por ser fruto da própria cultura reproduzida em muitos contextos do país.

Os resultados obtidos, no geral foram bem proporcionados, já que se constatou que a visão dos

administradores/gestores das Pró-Reitorias Acadêmicas sobre o que representa a qualidade do gasto público é satisfatória, e estes, na maioria dos casos, assumem atividades em favor de aperfeiçoar esse processo (na gestão e avaliação das atividades), bem como reconhecem alguns desafios que impedem que esta eficiência seja auferida na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir mais profundamente sobre a necessidade de melhoria da qualidade dos gastos públicos e os fatores que envolvem esse processo, a partir do olhar voltado às Pró-Reitorias de uma Instituição Federal de Ensino Superior, a UFCA. Algumas limitações são constatadas, em decorrência do pouco tempo de independência da Universidade, o que contribui para que alguns procedimentos ainda não tenham tanta solidez e celeridade. No entanto, levando em consideração esses aspectos, considera-se que as unidades estudadas demonstraram uma movimentação no tocante ao aprimoramento dos processos de definição de prioridades, gestão e avaliação dos gastos efetuados (ações realizadas), o que representa um sinal positivo.

É indispensável que a busca pela eficiência dos gastos seja ininterrupta nas diversas instituições e órgãos da Administração Pública, para que os recursos disponíveis possam ser melhor aproveitados pela sociedade. Considera-se que o compartilhamento de práticas de gestão bem-sucedidas, a capacitação dos administradores públicos quanto à coordenação das despesas e o esclarecimento dos servidores públicos sobre a importância da qualidade do gasto são etapas importantes para que melhores resultados possam ser alcançados.

Como sugestões para estudos futuros, propõe-se realizar a pesquisa com todas as Pró-Reitorias da Universidade de modo a ter uma visão mais ampliada desta organização. Percebe-se também a importância de reproduzir a pesquisa em outras Universidades de maior tempo de existência para que se possam identificar quais desafios encontrados na UFCA decorrem do seu pouco tempo de autonomia institucional.

Referências

ABREU, Welles Matias de.; GOMES, Ricardo Corrêa. Orçamento público: análise da formulação de estratégias sob a perspectiva do planejamento emancipatório e desenvolvimentista. **Revista do Serviço Público**: Brasília, 2010.

ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**: Brasília, 1999.

AMARAL, Conceição; OLIVEIRA, Ana. **Composição da despesa pública e crescimento econômico**. Gabinete de Planejamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais. Ministério das Finanças e da Administração Pública. GPEARI - MFAP, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Tesouro Nacional**. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario;jsessionid=mD9iooH3aTWcHyB-wv+XAT5R.1>>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. **MANUAL de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** - 7ª Edição, 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 21 de jun. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais** – Evolução dos Gastos Públicos Federais no Brasil: Uma análise para o período 2006-15. Disponível em: <http://www.spe.fazenda.gov.br/notas-e-relatorios/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf> Acesso em: 24 de jun. de 2017.

_____. **Universidade Federal do Cariri**. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/>>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

_____. Universidade Federal do Cariri. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri**. Disponível em: <<http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/pdi/4522-pdi-ufca-2020-documento-base-formato-pdf-1/file>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

CAVALVANTE, Pedro; LARIU, Cecília. Orçamento e desempenho municipal: uma análise comparada da qualidade do gasto público nas políticas sociais. **Revista do Serviço Público**: Brasília, 2012.

CERVO, Francismary da Ponte. **O orçamento público como instrumento de planejamento e controle**: Análise da execução orçamentária do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (período 2008 a 2011). Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/arquivos_monografias/arquivo.2014-08-06.4896663560>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MAIA, Alexandre *et al.* **A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil**: Propostas práticas para alcançar este objetivo. 2009.

PRENCHAND, A. Temas e questões sobre a gestão da despesa pública. **Revista do Serviço Público**. 1998.

REZENDE, Fernando. CUNHA, Armando. BEVILACQUA, Roberto. **Informações de custos e qualidade do gasto público**: lições da experiência internacional. RAP — Rio de Janeiro 44(4):959-92, jul./ago, 2010

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e Eficiência do Gasto Público**: uma análise comparativa do Brasil em relação a um conjunto de países da América Latina. 2008.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.

XEREZ, S. R. D. **A Evolução do Orçamento Público e Seus Instrumentos de Planejamento**.

Revista Científica Semana Acadêmica, v. 01, p. 01-10, 2013. Disponível em:

<http://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/artigo_regis_1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.